



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E DE SEXUALIDADES

DIFERENÇA DE GÊNERO E DUPLA OPRESSÃO FEMININA EM CONTEXTOS COLONIAIS

Mariana Torreão Brito Arcoverde

Universidade Federal de Pernambuco – marianatba@gmail.com

Resumo: Neste trabalho, busca-se cotejar os estudos feministas pós-coloniais em seus aportes para a compreensão da dupla opressão da mulher. Através de uma revisão bibliográfica, procura-se destacar apontamentos teóricos desse saber específico que mais se coadunam com o descortinar da marca social duplamente subalterna que ostentam as mulheres nos países periféricos. Sustentando-se nas formulações teóricas de autores e autoras do pós-colonialismo, bem como de feministas asiáticas e latino-americanas, procura-se demonstrar os aportes que os citados campos do pensamento social avultam para uma produção do conhecimento se não emancipatória, graças à desconstrução dos preceitos de “sujeito da história”, ao menos descentrada, isto é, que dê espaço a experiências e saberes outros que não aqueles canonizados pela produção do saber engendrada no Primeiro Mundo. Tal iniciativa demonstra-se relevante para a necessária ruptura no *continuum* de representações monolíticas empreendidas pelas teóricas feministas europeias e norte-americanas. Embora se reconheça uma recente virada no olhar etnográfico pelas referidas estudiosas, percebe-se que ainda há um vasto campo social a ser percorrido, lacunas históricas de vozes silenciadas que demandam projeção tanto acadêmica quanto política. Mais ainda, percebe-se uma persistente tendência em se adotar conceitos universais de patriarcado e opressão masculina que não levam em consideração as particularidades do contexto latino-americano e seu passado de colonização. Tendo em conta a precarização do conhecimento promovida por tal impensada apropriação de categorias sociais, o presente artigo se propõe a enriquecer os debates feministas a partir do aprofundamento no tema da diferença de gênero nos contextos coloniais.

Palavras-chave: Feminismo pós-colonial, dupla opressão feminina, subjetivação feminina colonial.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E DE SEXUALIDADES

Estudada frequentemente sob a categoria de dupla colonização, termo identificado com a obra *A Double Colonization: Colonial and PostColonial Women's Writing* de Holst-Petersen e Rutherford (ASHCROFT; GRIFFITHS; TIFFIN, 2000), a observação de que as mulheres em contextos coloniais são sujeitas tanto à opressão do patriarcado quanto ao imperialismo do colonizador é fruto de uma dada influência dos estudos pós-coloniais na teoria feminista. Sendo ambos – pós-colonialismo e feminismo – preocupados com a marginalização, a subalternidade e, em termos gerais, alteridade atribuída a determinados sujeitos, o paralelo entre ambos pode evidenciar a complexidade da experiência humana da mulher que vive na periferia do mundo. Uma vez que a opressão masculina foi tradicionalmente teorizada pelas estudiosas ocidentais sem qualquer interseção com os efeitos da colonialidade, especialmente no Brasil, onde ainda são adotadas concepções gerais de patriarcado, cumpre trazer para o debate as denúncias levadas a cabo pela concepção feminista pós-colonial, através de uma pesquisa bibliográfica dentre os autores e autoras que investigam esse campo específico.

De modo geral, trajetória do feminismo é marcada por autocríticas, dissidências e reformulações epistemológicas. É através dessa reflexão, por exemplo, que Pinto (2010) pôde articular uma história do feminismo brasileiro partindo de uma fase primeira que se alicerçava em uma identidade social compartilhada entre as mulheres, cuja preocupação maior tratava-se de explicitar a relação de dominação homem/mulher; para um momento posterior de especialização das pautas dos movimentos de mulheres (direitos reprodutivos, direito ao trabalho, direito à saúde etc.); até a conjuntura atual, na qual a própria noção de sujeito do feminismo resta problematizada, impondo-se uma reflexão crítica da construção mesma da categoria de mulheres.

Nessa esteira, o feminismo contemporâneo, por vezes qualificado de pós-feminismo junto a outras correntes que designam a sensação de viver nas fronteiras do presente (BHABHA, 1998), ostenta bandeiras outras daquelas que levantou nas suas primeiras “versões”. Se antes se discutia o patriarcado e a opressão das mulheres, hoje o



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E DE SEXUALIDADES

debate versa sobre a própria existência de uma forma universal de patriarcado, bem como sobre a categoria de mulheres como um sujeito de identidade definida. Em parte, isso deriva do fato de que as teorias feministas foram influenciadas pelo pós-estruturalismo e pelas escolas pós-modernas, que abalaram a noção de sujeito, de representação e de conceitos universalizáveis. Nos dizeres de Butler, “o próprio sujeito das mulheres não é mais compreendido em termos estáveis ou perenes” (1999, p. 4, tradução nossa).

A partir do trabalho de Sedgwick e Butler, ou seja, pelo diálogo com a teoria Queer, foi iniciada uma desconstrução feminista: se os gêneros são socialmente construídos, em oposição ao “sexo dado”, não há motivos para supor que devam permanecer em número de dois. Daí a asserção de Butler: “[...] homem e masculino podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e mulher e feminino, tanto um corpo masculino como um feminino” (1999, p. 24-25, tradução nossa). A autora problematiza, ainda, a suposta base comum do feminismo, que seria a luta contra uma forma universal de patriarcado. Insistindo que essa noção nega as distintas articulações assimétricas de gênero em diferentes contextos culturais, afirma:

“Uma vez que o feminismo busca ser integralmente relacionado às lutas contra a opressão racial e colonialista, tornou-se ainda mais importante resistir à estratégia epistemológica colonizante que subordinaria diferentes configurações de dominação sob a rubrica de uma noção transcultural de patriarcado.” (1999, p. 46, tradução nossa)

Todavia, embora seja emblemático o reconhecimento de tais incongruências pelas próprias teóricas norte-americanas e europeias, verificam-se limitações implicadas na valorização do estudo feminista desenvolvido única e exclusivamente nos países do “Primeiro Mundo”: em realidade, se a própria crítica feminista do



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E DE SEXUALIDADES

Terceiro Mundo estadunidense não tem sido reconhecida como uma forma de teoria cultural, questiona-se acaso não seria sintomático de um verdadeiro *apartheid* dos campos teóricos (SANDOVAL, 2004). Ademais, ainda quando se debruçam sobre as experiências femininas nos países periféricos, há a subjacente possibilidade de incorrerem em representações totalitárias, figurações. Spivak (2010, p. 119) nos alerta para isso, quando diz que a figura da mulher negra e pobre, subalterna, desaparece "não em um vazio imaculado, mas em um violento arremesso que é a figuração da 'mulher do Terceiro Mundo', encurralada entre a tradição e a modernização".

Isso significa que, afora as ressonâncias da violência física empreendida sobre as mulheres no decorrer da colonização, permanecem os efeitos da colonialidade do saber, ou seja:

“Para além do legado de desigualdade e injustiças sociais profundos do colonialismo e do imperialismo, já assinalados pela teoria da dependência e outras, há um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias” (PORTO-GONÇALVES apud LANDER, 2005).

Essa dimensão da colonialidade pode ser percebida na produção acadêmica que, embora desenvolvida nos países centrais, situa seu objeto de pesquisa e escrita sobre as mulheres de países periféricos, resultando em uma colonização das heterogeneidades histórico-materiais experienciadas por tais sujeitos e esboçando um composto único “mulheres-do-Terceiro-Mundo”, formando arbitrariamente uma representação (MOHANTY, 1988). Tal representação implica, ainda, a própria auto-apresentação das feministas do Ocidente enquanto a personificação das liberdades seculares, motivo pelo qual Mohanty sustenta que re-apresentação e auto-apresentação se sustentam reciprocamente; uma categoria requer a outra para viabilizar-se.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E DE SEXUALIDADES

Nesse sentido, os feminismos latino-americanos, em parte inspirados nos estudos pós-coloniais, problematizam a representação monolítica da mulher do Terceiro Mundo produzida no ocidente. Partindo do princípio que as mulheres em contextos centrais (América do Norte, Europa) são o *locus* de opressão, repressão e estereótipos provenientes de um arranjo social nomeadamente sexista, impõe-se levar em consideração que, em contextos coloniais, tais dimensões foram imbricadas nos processos de outreidade e subalternidade comuns aos povos colonizados. O preconceito duplo de gênero e raça agudiza o processo de outremização da mulher colonizada. Nos dizeres de Bonnici (2007), a dupla colonização afeta a mulher negra, que é objeto do poder colonizador geral e da subjugação patriarcal doméstica. Se há uma hierarquia sublimada no âmbito de pares binários mutualmente excludentes, a mulher colonizada estará no lado subalterno da dicotomia homem/mulher, branco/negro. Ressalta-se, ainda, a defesa do autor de que o fim do colonialismo não dissipou a opressão das mulheres nas ex-colônias.

Assim é que Lugones (2014), entendendo a dicotomia entre humano/não humano como central da modernidade colonial, afirma que os/as colonizados/as, por não serem considerados humanos/as, eram meramente organizados entre machos e fêmeas, motivo pelo que a autora afirma que “mulher colonizada” é uma categoria vazia, já que as colonizadas não eram consideradas mulheres. Por colonialidade, destaca-se, Lugones (p. 939) deseja nomear não apenas uma classificação de povos em termos de colonialidade, mas “o processo de redução ativa das pessoas, a desumanização que as torna aptas para a classificação, o processo de sujeitificação e a investida de tornar o/a colonizado/a menos que seres humanos”.

Nos ajuda a compreender esses processos subjetivos o argumento de bell hooks (apud FEMENÍAS, 2013) quando nos diz que, ao largo da história, quando os homens brancos racistas violam as mulheres negras ou de cor, afirmando sua posição como colonizadores/conquistadores no campo sexual, real ou fantasioso, não o fazem



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E DE SEXUALIDADES

necessariamente para efeitos de dominação, porém de autoafirmação masculina, heterossexual e de poderio econômico. A autora vai além, indicando que subjaz uma nostalgia imperialista, a qual ocorre quando aquelas mesmas pessoas que contribuíram para o fim de certos modos de relação (sexistas, racistas) acabam por ansiar a volta destes, numa nostalgia advinda de uma estereotipação e romantização do “primitivo”.

Analisando por outro viés, Curiel (2007) expõe o mito da democracia racial na América Latina e seus perigos. Por meio de violações sexuais sistemáticas, a mestiçagem foi uma prática compulsória durante o período colonial, visando a embranquecer a população, “melhorar a raça”. A existência do mestiço e da mestiça permitiu, assim, a construção do conceito de democracia racial como elemento fundante da representação nacional latino-americana e o resultado é que, em países como o Brasil, o racismo permanece invisibilizado. A tarefa das feministas afrodescendentes na América Latina passa a ser justamente exibi-lo, seja na segregação baseada em raça no serviço público, na divisão sexual e racial de trabalho, que relega às mulheres não-brancas os trabalhos de menor remuneração e valorização; na imagem estereotipada das negras na mídia.

De acordo com o levante bibliográfico proposto, verifica-se que as diferenças histórico-culturais influenciam a teoria e a prática do feminismo, ao ponto de que, no ensinamento de Bidaseca (2011), não mais a oposição homem/mulher, mas sim as diferenças entre as próprias mulheres são o novo eixo articulador do feminismo. A partir do pós-colonialismo, as teorias femininas passam a analisar veementemente a intersecção entre gênero e raça, numa importante exposição de vozes historicamente silenciadas e outremizadas que, dimensionadas também pela colonialidade do saber, sofreram verdadeira ruptura de todas as possibilidades reais de fala.

Sem embargo, uma crítica similar àquela proposta por Bhabha (1998), quando alerta para o perigo de criar relações estereotipadas com os países centrais, pode ser formulada também no horizonte do feminismo pós-colonial. Narayan (1998), por



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E DE SEXUALIDADES

exemplo, argumenta que as feministas pós-coloniais devem ter cuidado com contrastes essencialistas entre “Ocidente” e “culturas do Terceiro Mundo”. Fundamentando sua formulação, a autora afirma que os esforços feministas para evitar essencialismos de gênero desembocam, por vezes, em essencialismos culturais. Enquanto discursos totalitários de feministas ocidentais tomam a experiência de certo grupo privilegiado como representativa da cultura inteira, uma “porta-voz do Terceiro Mundo” pode modelar uma representação essencialista da mulher periférica como pobre e marginalizada, negligenciando a heterogeneidade de maneira tão efetiva como no primeiro caso. Propõe, assim, não uma oposição cega a toda e qualquer generalização, mas um compromisso em analisar a sua precisão empírica e seus riscos e utilidades políticas, isto é: submetê-las a uma interrogação crítica.

Referências bibliográficas

ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen. **Post-colonial studies: the key concepts**. 2nd ed. New York and London: Routledge, 2000.

BIDASECA, Karina. Mujeres blancas buscando salvar a las mujeres color café de los hombres color café. O reflexiones sobre desigualdad y colonialismo jurídico desde el feminismo poscolonial.. In: BIDASECa, Karina; VAZQUEZ LABA, Vanessa (Comp). **Feminismos y poscolonialidad: descolonizando el feminismo desde y en América Latina**. Buenos Aires: Ediciones Godot, 2013.

BONNICI, Thomas. Teoria e crítica pós-colonialistas. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (orgs.). **Teoria Literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas**. 3^a ed. Maringá: Eduem, 2009, p. 257-286.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BUTLER, Judith. **Gender Trouble**. New York and London: Routledge, 1999.

CURIEL, Ochy. Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. **Revista Nómadas** (Col), Bogotá, n. 26, p. 92-101, abril 2007. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=105115241010>>. Acesso em: 15 abr. 2015



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E DE SEXUALIDADES

FEMENÍAS, María Luisa. **El género del multiculturalismo**. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2013.

LANDER, Edgardo (Org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latinoamericanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLACSO, setembro 2005.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

MOHANTY, Chandra Tapalde. **Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses**. *Feminist Review*, Basingstoke, n. 30, p. 61-88, 1988. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/1395054?uid=2&uid=4&sid=21105085604153>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

NARAYAN, Uma. **Essence of Culture and a Sense of History: A Feminist Critique of Cultural Essentialism**. *Hypatia*, Bloomington, vol. 13, n. 2, mai. 1998, p. 86-106. Disponível em: <http://www2.law.columbia.edu/faculty_franke/Gender_Justice/Naraya_n.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2015.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>> Acesso em: 13 abr. 2015.

SANDOVAL, Chela. Nuevas ciencias. Feminismo cyborg y metodología de los oprimidos. In: ALEXANDER, M. Jacqui et al. **Otras inapropiables: feminismos desde las fronteras**. Madri: Traficantes de Sueños, 2004.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.